

IPO de Coimbra continua em dívida perante decisão do tribunal

19 Outubro, 2026

Entrega de abaixo assinado e concentração 15 de outubro. Os enfermeiros do IPO de Coimbra exigem receber os retroativos em dívida entre 2018 e 2021.

Os enfermeiros do IPO de Coimbra estão desde há alguns meses a ser confrontados com a **impossibilidade de aceder à aplicação GH RISI para consulta dos horários de trabalho, o registo e pedido de trocas de turnos, a marcação de férias e a consulta dos saldos de horas.**

Recordamos que os enfermeiros usufruíram de acesso remoto a esta plataforma até março de 2026. Esta funcionalidade demonstrou ser uma mais-valia incontestável para a modernização dos serviços e para a eficiência da comunicação entre a instituição e os seus profissionais.

Até à presente data, continuam sem acesso ao sistema a partir do exterior da instituição. Esta interrupção abrupta e prolongada representa um grave retrocesso na conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar.

A ausência de acesso ao longo destes últimos meses tornou-se ainda mais crítica durante o período de verão, dificultando seriamente a gestão e consulta das escalas, as trocas de turnos de última hora e o planeamento atempado das férias. Esta situação obriga os enfermeiros a deslocarem-se ao IPO nos seus dias de descanso apenas para consultarem o sistema interno.

Compreendendo a necessidade permanente de salvaguardar a cibersegurança, salientamos que a tecnologia de Rede Privada Virtual (VPN), anteriormente ativa e funcional, permite assegurar os padrões necessários de proteção de dados. Por esse motivo, não se justifica a manutenção do bloqueio total do acesso remoto, com os consequentes prejuízos para os trabalhadores.

Os enfermeiros do IPO exigem também o pagamento dos retroativos entre 2018 e 2021. O pagamento destes retroativos já foi ou está a ser processado por algumas instituições, que de forma espontânea ou por via judicial as obrigou a pagar esses retroativos.

No IPO de Coimbra, perante a pronúncia favorável ao pagamento por parte do Tribunal Constitucional e de outras ações ganhas, o IPO continua inaceitavelmente reticente em fazer esse pagamento. O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, a não ver resolvida esta problemática, anunciará a interposição de ações judiciais para a semana que vem.